

PGFN celebra sucesso nos tribunais superiores em esforço por hígidez fiscal

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) recebeu mais de 50 mil intimações e citações de processos em trâmite nos tribunais superiores em 2024. A taxa de sucesso nessas cortes foi de quase 70%, segundo a procuradora-geral, **Anelize Almeida**.



Freepik

Citada e intimada 50 mil vezes, PGFN teve taxa de sucesso de quase 70% nos tribunais superiores em 2024

Os dados foram apresentados na abertura do Congresso do Contencioso Tributário, organizado pela PGFN em Brasília, nesta segunda-feira (2/6), como parte do esforço de integração para uma melhor atuação nos tribunais.

Esse desempenho é tratado no órgão como histórico para a representação judicial da Fazenda. Em 2024, a PGFN recuperou R\$ 61 bilhões em créditos tributários para a União e evitou perdas de R\$ 727 bilhões, **como mostrou** a revista eletrônica **Consultor Jurídico**.

“Mesmo com esse volume de processos, os resultados no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal continuam mais do que positivos, o que dá muito trabalho. Os escritórios de advocacia estão cada vez mais organizados”, apontou a procuradora-geral da PGFN.

Para ela, o sucesso do órgão reside na forma como o trabalho vem sendo colocado em prática, com o acompanhamento amplo das teses debatidas e atuação estratégica.

Atuação estratégica da PGFN

O advogado-geral da União, **Jorge Messias**, recomendou que a postura siga essa porque a missão constitucional da PGFN é justamente promover a hígidez fiscal, de modo que o Estado dê conta de cumprir os desafios previstos na Constituição Federal de 1988.

Essa é também a esperança do governo federal. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, **Dario Durigan**, destacou no evento que há um projeto de país que passa pelo necessário equilíbrio das contas públicas, uma dificuldade notória atual.

“O que precisamos é de equilíbrio fiscal. E isso é aprender com o que aconteceu nos últimos dez anos”, disse ele, em relação ao déficit primário registrado desde 2014 — a diferença negativa entre as receitas e as despesas.

“Parte do desequilíbrio que degradingolou para crises políticas e ruptura social começou com o desequilíbrio fiscal. E todo o debate político que vem sendo alimentado dessa forma surge a partir da questão fiscal”, afirmou Durigan ao ressaltar a importância do trabalho da PGFN.



Consensualidade

Um dos focos do congresso é estimular soluções de consensualidade. A recém-empossada procuradora-adjunta de estratégia e representação judicial, **Raquel Godoy**, destacou que isso será possível conforme a PGFN compreenda o contexto econômico e social de cada demanda.

“A consensualidade emerge não do abandono do rigor técnico e da defesa intransigente do interesse público, mas como instrumento de otimização de resultados, de redução de custos e de promoção de segurança jurídica”, defendeu.

Presidente em exercício do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, **Felipe Sarmiento** destacou que o contencioso tributário é instrumento de Justiça fiscal, capaz de corrigir abusos do Fisco, garantir a aplicação correta das normas e proteger os contribuintes.

“Também é missão da advocacia contribuir para a promoção do diálogo e da clareza das normas e o fomento da cooperação pela mitigação de um ambiente de alta litigiosidade.”

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-jun-02/pgfn-celebra-sucesso-nos-tribunais-superiores-em-esforco-por-higidez-fiscal/>